

Acta nº.10

Aos **vinte e oito** dias do mês de **Fevereiro**, do ano de **dois mil e sete**, pelas 09h00, teve lugar, no Auditório da Biblioteca Municipal, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, de cuja convocatória, datada de doze do mesmo mês, constavam da Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:

I – Período de “antes da ordem do dia”.

II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos:

- 1º. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal.**
- 2º. Agenda 21 – discussão e votação da proposta aprovada pela Câmara Municipal.**
- 3º. Actos de Reclassificação de Chefes de Secção – declaração de nulidade.**
- 4º. Registo de Cidadão da União Europeia – Taxas.**
- 5º. Trânsito da Freguesia de Gandra – Normas Regulamentares.**
- 6º. Debate sobre a questão das Urgências Médicas em Valença.**

III - Período de intervenção do público.



I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os trabalhos iniciaram-se às 09H20 e, após saudação do **presidente da Mesa**, a **1ª secretária** leu o resumo da correspondência. Foi também comunicado ao Plenário que, de acordo com informação prestada à Mesa pelo membro **Isabel Andrez**, está reactivada a Comissão para as Comemorações do 25 de Abril.

Iniciada a discussão da proposta da Acta nº.8, **Jorge Gama**, à cabeça, e a propósito da manifestação de preocupação na mesma vertida pelo deputado **Armando de Carvalho**, esclareceu que a leitura de determinada intervenção sua, constante da Acta nº.7, poderá ser equívoca, mas que, naquela circunstância, não chamou mentiroso ao referido autarca, e que ao mesmo de viva voz já referira isso mesmo, até porque não o considera mentiroso.

Intervém **Armando Carvalho**, para registar, com agrado, as palavras do senhor Presidente da Assembleia, mas também para reiterar que continua a considerar fragilizada a sua posição depois do triste incidente ocorrido em sede de Comissão Permanente, tanto mais que, não obstante o seu apelo, as senhoras secretárias, testemunhas presenciais, não se pronunciaram. E, declarando prescindir da protecção conferida pela Lei Penal, para o caso de alguém pretender accioná-lo por difamação, voltou a relatar, acrescentando, desta vez, os nomes dos respectivos intérpretes, os factos ocorridos na aludida reunião da Comissão Permanente. Considerando que este assunto extravasa a esfera política, por se situar no domínio do carácter pessoal, aproveita para informar o presidente da Assembleia que, a partir deste momento, coloca o seu lugar de membro eleito à Assembleia Municipal de Valença ao dispor da Coligação Democrática Unitária – PCP-PEV.

Referiu-se, seguidamente, a uma primeira versão da acta, solicitando uma correcção em determinada passagem que, por certo, já não constava da segunda versão. Questiona se a segunda versão anula a primeira e, seguidamente, emite juízos de valor sobre a maneira como as actas têm vindo a ser elaboradas, destacando insuficiências em termos de organização semântica, de caótica pontuação e de estabelecimento de parágrafos, o que tantas vezes amputa o sentido das frases. Interroga, de seguida, qual o motivo substantivo para a opção de incumbir uma funcionária camarária da elaboração das actas e, não tendo ainda compreendido a razão de as mesmas deixarem de ser feitas pelo secretariado da Mesa, acentua que isso defrauda as expectativas operacionais subjacentes ao sentido de voto expresso na respectiva eleição, o que fragiliza o alcance orgânico e a legitimidade da Mesa da Assembleia.

Intervêm, logo após, os membros **Inês Ferreira** e **José Veríssimo**, a primeira para perguntar porque é que desta vez as actas que lhe foram enviadas não estavam, como habitualmente, assinadas pelo presidente e por uma das secretárias da Mesa, e o segundo para solicitar três correcções relativas à sua intervenção.

O **presidente da Mesa** elucida que não faz sentido enviar documentos assinados que só serão definitivamente actas depois de aprovados, e aí, então, serão assinados por ele e por quem os elaborou. E, à luz deste entendimento, acrescentou não ter havido, pois, primeira e segunda versões da acta nº.8. Anunciou que as correcções solicitadas pelo membro **José Veríssimo** iam ser imediatamente feitas, e manifestou afigurarem-se-lhe extremamente injustas as observações do membro **Armando Carvalho** sobre o trabalho da Mesa da Assembleia. Revelou, de seguida, ter já falado com o presidente da Câmara para, tal como determina a Lei, ser nomeado um funcionário para elaborar as actas das reuniões da Assembleia, actas que não voltariam a ser feitas pelo respectivo secretariado.

Seguiu-se a votação que, num universo de 37 votantes, registou **aprovação por unanimidade**.

Porque, entretanto, entrara na sala uma delegação da ETAP, o presidente da Mesa dirigiu-lhe uma saudação de boas-vindas e manifestou o desejo de que fosse proveitosa a sua assistência à reunião do órgão deliberativo de Valença, com vista à realização de uma “sessão simulada de Assembleia Municipal” pelos alunos daquela Escola, em que os mesmos assumiriam papéis idênticos aos que hoje testemunhariam. Disponibilizou-se, a si e a todos os membros, para colaborar e ajudarem em tudo o que fosse necessário e entregou aos alunos exemplares do regimento e da Lei nº.169/99.

Logo após, procedeu-se à discussão da **Acta nº.9**, registando-se intervenções dos membros **Elisabete Viana**, **João Amorim**, **José Veríssimo**, **Armando Carvalho** e **Inês Ferreira**, as dos quatro primeiros solicitando correcções prontamente atendidas pela Mesa, e a do último pedindo esclarecimentos a propósito das actas, em função das alterações ocorridas, ao que o presidente informou que, caso pretenda uma acta legal, é só pedi-la no secretariado de apoio, a partir de amanhã.

Seguiu-se a votação que, num universo de 36 votantes (ausência de **Alberto Vilas**), registou 34 votos a favor e duas abstenções (**José Temporão** e **Dora Ferreira**, com a justificação de não terem estado presentes na respectiva sessão), registando-se **aprovação por maioria**.

De seguida, o presidente leu os seguintes documentos, previamente entregues e aceites pela Mesa:

1º

Para que não cause surpresa, gostaria de informar o restrito grupo de Autarcas aqui reunidos que o Sr. Armando Carvalho, enquanto cidadão, terá da minha parte, e corresponderá, se assim o entender, o meu respeito humano e social.

Já o mesmo não poderei dizer no aspecto político, face às posições por si assumidas, enquanto militante da CDU, a propósito do Serviço de urgência 24 horas, em Valença.

O seu inqualificável procedimento colide, frontalmente, com a minha honrabilidade e com a minha maneira e concepção do fazer política.

Assim, e enquanto a minha memória funcionar, terá sempre o meu veemente protesto. Como me assiste o direito de só ouvir quem eu entendo que o merece, desde já levo ao conhecimento dos presentes aqui, daqui em diante, tomarei a atitude de me retirar do local onde o Sr. Armando Carvalho iniciar o uso da palavra, para fins políticos, até ao final da sua intervenção.

Valença, 2007-02-27
Jorge Manuel Esteves Santos Silva

2º Voto de Pesar

*No passado dia 12 faleceu o senhor doutor Manuel Cunha Rodrigues.
Valenciano aguerrido, notabilizou-se pela sua coragem e dedicação às causas públicas.
Foi vereador deste município de 1983 a 1989 e Presidente da Assembleia Municipal de 1990 a 1993, cargos que desempenhou com elevada competência.
O grupo Municipal Unidos pelas Freguesias propõe à Ex.ª Assembleia Municipal um Voto de Pesar pela funesta ocorrência e solicitam que do mesmo seja dado conhecimento à Família.*

Valença, 28 de Fevereiro de 2007.
Elisabete Frade Lopes Viana, primeira de 26 subscritores

3º Voto de Pesar

“De verdade, ninguém morre, a não ser que seja esquecido.”
Gregório Marañon
Médico e escritor espanhol

*Os meses de Janeiro e Fevereiro têm trazido o luto a esta Assembleia, pelo falecimento de várias pessoas que eram família querida de Autarcas de Valença. Referimo-nos, expressamente, ao Sr. Padre Serra, Tio Avô do Sr. Presidente da Câmara, à Avó do Sr. Dr. Nogueira, à Avó do Sr.ª D.ª Lígia e, ainda, ao seu Avô e pai do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ganfei, Sr. Lopes.
A Solidariedade que todos nos merecem deve ficar registada neste Colectivo, para além das palavras que, certamente, cada um de nós já teve a ocasião de dirigir aos enlutados.
Cabe ao Grupo Municipal do PSD, nesta Assembleia, o ingrato dever de solicitar, aos restantes Autarcas aqui presentes que a nós se unam num sentido de VOTO de PESAR.*

Valença, 16.02.2007
Jorge Santos Silva, primeiro de 30 subscritores

Os dois Votos de Pesar foram **aprovados por unanimidade**, tendo o plenário guardado **Um Minuto de Silêncio** em memória das pessoas nos mesmos aludidas.

4º Moção

*Os acontecimentos de 18 de Fevereiro, a propósito da justa e legítima luta da população de Valença pela manutenção do serviço de Urgências 24 horas, pelo cabal cumprimento da palavra do Sr. Ministro da saúde aquando da sua visita ao nosso concelho, e conseqüente execução das conclusões do 1º relatório da Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências, responsável operacional no âmbito da implementação da Rede de Serviços de Urgência Básica, veio pôr a nu – com dimensão nacional – a natureza tecnocrata deste governo dito socialista que, ignorante das realidades concretas das populações, e até, tentando manipular a vontade explícita dos seus próprios representantes partidários, pretensamente se propõe regulamentar – afinal, pela via político-partidária – os mais sensíveis sectores estruturantes da nossa sociedade a régua e esquadro, não se coibindo, para tal, de lançar mão dos mais torpes argumentos – sejam eles escorados na mentira despuddorada, na distorção dos factos, na confusão deliberada ou no insulto.
E porque a afirmação pública do Sr. Ministro da Saúde de que o Presidente da Câmara Municipal de Valença já teria convocado a manifestação de 18 de Fevereiro quando este foi recebido em Lisboa; porque persiste em esconder a área de influência constituída por V. N. de Cerveira e Paredes de Coura na conjuntura da centralidade de Valença para a atribuição de um Serviço de Urgências Básicas; pela forma insolente como tratou o Presidente que os Valencianos elegeram num sufrágio democrático, directo e universal – ao invés do que aconteceu com o próprio ministro – obrigam a que, em nome da coerência e da ética política, a CDU Valença, apesar da oposição que vem dirimindo contra certas opções estruturantes que o executivo do presidente Serra vem adoptando, testemunhe que as ditas afirmações do Sr. Ministro não passam de patranhas mal amanhadas, e que a confusão lançada na comunicação social acerca das diferenças da natureza dos vários serviços de urgência não passa de manipulação dolosa dos factos reais, resultando num acto insultuoso e indigno sobre um eleito do Poder local e a inteligência dos Valencianos.*

Assim, e sem prejuízo de comungar com a ideia de que o diálogo deve ser reatado com o Ministério, a CDU Valença apela à votação desta Assembleia Municipal no sentido de exigir ao Senhor Primeiro Ministro a demissão imediata do actual Ministro da Saúde, e a nomeação de outro técnico capaz de reformular a proposta da Rede Nacional de Serviços de Urgências sem sintonia com as necessidades concretas das populações afectadas, num espírito verdadeiramente funcional e devidamente enquadrado numa dinâmica progressista de melhoramento das estruturas existentes, sendo que, nunca por nunca, poderá uma sede de Concelho como Valença vir a ficar privada de um núcleo de Urgências – SAP, SASU ou extensão das consultas abertas do Centro de Saúde para casos agudos, como lhe chamam agora – pelo período de 24 horas.

Assembleia Municipal de Valença, 28 de Fevereiro de 2007.
O deputado Municipal da CDU
Armando Manuel Teixeira de Carvalho

O **Presidente da Mesa** questionou o deputado **Armando Carvalho** se haveria inconveniente de este assunto ser agregado ao ponto 6º da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo respondido que não concordava. Neste momento, o porta-voz do PS solicitou, nos termos regimentais, a interrupção dos trabalhos por um período de 10 minutos. Uma vez retomados, ocorreram intervenções de:

Manuel Lopes *“Em relação à proposta apresentada pela CDU, eu quero aqui deixar dois pontos que me parecem importantes. Primeiro, acho que o momento não é o mais oportuno para apresentar uma proposta destas, tão contundente. Em segundo lugar, eu acho que esta moção deveria ser reformulada no seu todo. Em terceiro lugar, estamos num período de diálogo com o senhor Ministro, ainda não estão esgotadas as hipóteses de chegar a um bom porto, e eu acho que uma medida tão radical seria neste momento prejudicial aqui à nossa terra, à vila de Valença. Só depois, é nosso entender, só depois de esgotadas todas as hipóteses, de finalizadas todas as conversações, sim acharia oportuna uma tomada de força, seja ela qual for, através da imprensa, através de nós da Assembleia Municipal, ou através de qualquer outro órgão que nos seja oportuno.”;*

Santos Silva *“Relativamente à moção apresentada pela CDU, ainda que obviamente estejamos de acordo com algumas considerações ali expendidas, o texto da CDU é, como de costume, um demagógico presente envenenado, quer pela sua extemporânea discussão, que deveria ser dirigida para o ponto 6 da ordem de trabalhos, quer pelo pedido de demissão do Ministro que nos parece não oportuno. O que queremos deste Ministro é a correcção da prevista situação errada, da sucursal do SUB em Valença, depois, sim, esperemos que ele próprio, Ministro, com vergonha do que tem andado a fazer, se demita. O nosso voto é contra a aprovação desta moção.”;*

José Nogueira *“No expendido pelos demais grupos municipais, apesar de haver elementos na moção com os quais o Grupo Municipal do PS concorda, no global esta apresenta um conteúdo com o qual não podemos concordar, dado que neste momento atenta à abertura da fase negocial, impõe-se que os interesses de Valença e dos Valencianos, prevaleçam sobre os interesses meramente partidários.”*

Procedeu-se à votação que, num universo de 36 votantes (ausência de **Alberto Vilas**), registou 33 votos contra, 2 abstenções (**Elisabete Viana** e **Manuel Lopes**) e 1 voto a favor (**Armando Carvalho**). *A moção foi rejeitada.*

Período destinado às intervenções políticas e às interpelações ao senhor presidente da Câmara Municipal de Valença.

Intervém **Armando Carvalho** para dizer, referindo-se à posição tomada por **Santos Silva**, não a considerar original, encontrando mesmo similitude com o que ocorre na Madeira,

cujos parlamentares regionais do PSD recorrem a idêntica atitude para, com tal manifestação antidemocrática, tentarem silenciar a oposição.

Introduz, de seguida, a possibilidade de Valença vir a ficar sem um serviço mínimo de urgências médicas e, não obstante ter sido advertido pelo presidente da Mesa de que esse tema

não deve ser agora abordado por constar de ponto específico da “ordem de trabalhos”, prossegue declarando não reconhecer legitimidade a esta Assembleia para interferir na técnica narrativa que utiliza para introduzir os assuntos que pretende versar. E enfatiza o risco de se perder mais um serviço público que, pelas suas características de contacto pessoal intenso, não tem paralelo com outros serviços que já perdemos, tanto por culpa de autarcas que têm uma fé cega em arbítrios de gente que não nos conhece. Acrescenta ser este o resultado da “...liberalização que não confessam para não terem que explicar as profundas injustiças que atrás de si ela arrasta, a precariedade vital em todos os domínios sociais...” quer seja o direito ao trabalho, à saúde, à educação, a um tecto condigno e ao sustento de amanhã. Recordando que Valença tem serviço de urgências há 28 anos, interroga-se sobre que medidas foram tomadas para assegurar a sua sustentabilidade, bem como “...têm votado os partidos com eleitos nacionais pelo concelho as propostas, em sede da Assembleia da República, que visam o reforço e consolidação do Serviço Nacional de Saúde, tendencialmente gratuito e universal, como reza a Constituição da República?”

E, antes de terminar, solicita à Mesa o seguinte esclarecimento: “Se o senhor Santos Silva não está presente para ouvir as minhas declarações, que legitimidade tem o seu voto para votar essas mesmas declarações?”.

Prossegue **Manuel Lopes** que, com a promessa de que jamais voltaria a falar no assunto para não o tornar interminável, como pretende o colega **Armando Carvalho**, recordou o que se passou na reunião da Comissão Permanente e destacou que em democracia a maioria vence, mas a propriedade privada ainda existe e que quem manda no dinheiro de cada um é o respectivo dono.

De seguida, pediu ao presidente da Assembleia que não lhe mande mais escritos do género daquele em que um membro da Assembleia de Freguesia de Arão fazia queixinhas acerca de factos ocorridos naquela autarquia, recordando haver outras sedes, que não a Câmara ou a Assembleia Municipal, para fazer valer os direitos consagrados na Lei.

Por fim, inquiriu o presidente da Câmara acerca do licenciamento de antenas e repetidores de telecomunicações.

Intervém **José Nogueira** para, em face da análise da documentação recebida da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, relevar o excelente trabalho desenvolvido pelos eleitos por esta Assembleia e, logo após, destacou, pela sua relevância: a assinatura de um protocolo de colaboração com o Centro Social e Paroquial de Cerdal para a construção de uma creche para apoio a 30 crianças; a assinatura de um protocolo de colaboração com a Associação Social e Recreativa dos Aposentados e Reformados do concelho de Valença para a criação de mais um Centro de Dia para apoio aos idosos; a apresentação da Carta Desportiva Municipal, em vista do planeamento, implementação e dinamização de uma melhor política desportiva concelhia; e o ministrar de um curso de primeiros socorros, pelos Bombeiros Voluntários de Valença, aos funcionários que trabalham nos equipamentos desportivos e por forma a operar-se o reforço da segurança e prestação de primeiros cuidados aos utentes.

Segue-se a intervenção do **Presidente da Câmara**, que começa por saudar os presentes e muito especialmente a delegação da ETAP, a cujos membros refere ser a Assembleia um órgão da administração municipal, o mais importante, e em cujas sessões se debatem, sempre com elevação e espírito democrático, os temas de interesse para o concelho. Após desejar que aproveitem, aprendendo alguma coisa com o que presenciarem, passou a dar resposta à única questão que lhe fora colocada, concretamente por **Manuel Lopes**, explicando detalhadamente o enquadramento legal e a sua aplicação no tempo no âmbito do licenciamento das antenas de

telecomunicações. Acrescentou que o caso TMN está a ser negociado depois deste operador ter interposto uma providência cautelar e relatou que a legislação veio permitir às antenas já existentes entrar em processo de licenciamento, em que umas seriam licenciadas, outras não, tal foi o caso da de Friestas, sendo certo também que a da Cidade Nova apresentou uma solução alternativa, que já tem aprovação do IPAR, tendo a autarquia feito as correspondentes informações e que os licenciamentos estão a cargo do Dr. Fernando Rodrigues.

O **Presidente da Mesa** dirigiu-se ao plenário, informando-o de que o presidente da Câmara lhe comunicara a impossibilidade de estar presente na parte da tarde por causa de reunião urgente no Governo Civil do distrito, mas que gostaria muito, por óbvias razões, de participar no debate sobre as urgências médicas. Do plenário obteve a Mesa autorização para alterar a sequência dos pontos do período da ordem do dia, em que o nº6 seria abordado à cabeça.

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

6º. Ponto Debata sobre a questão das Urgências Médicas em Valença

O primeiro membro da assembleia a usar da palavra é **Armando Carvalho** que questiona sobre a forma como os partidos com eleitos nacionais pelo distrito têm votado em sede da Assembleia da República as propostas que visam o reforço e a consolidação do Serviço Nacional de Saúde, tendencialmente gratuito e universal.

Refere ainda que o facto de Vila Nova de Cerveira não se pronunciar sobre esta matéria se deve à existência de um protocolo com o Banco Espírito Santo, que é o dono da Hospor/Clipóvoa, para abrir umas urgências privadas no antigo hospital da Santa Casa da Misericórdia.

Comenta a declaração da Câmara, lida na rádio local, aquando do comunicado da CDU, e questiona o porquê de não haver a mesma reacção quando o deputado Campos Ferreira aproveitou o “tempo de antena” para dizer que o Presidente da Câmara “não quis” tratar desta problemática. E constata que, apesar do descontentamento com o Ministro da Saúde, não se votou favoravelmente a moção da CDU para que o ministro fosse demitido.

Questiona o senhor Presidente da Câmara para saber até que ponto este está disposto a ceder no protocolo com o Ministro da Saúde.

Intervém **Elizabete Viana** que, fazendo referência ao debate televisivo Prós e Contras, levanta algumas questões cujas explicações dadas pelo senhor Ministro da Saúde e pela Comissão Técnica acabaram por não a satisfazer. E termina, manifestando ao senhor Presidente da Câmara o apoio do povo de Arão.

Manuel Lopes propõe um voto de agradecimento à Dra. Fátima Campos Ferreira pela forma como conduziu o programa, em benefício do povo de Valença.

O **Presidente da Mesa** comunica a ausência dos membros **Alberto Vilas** (compareceu de tarde), **Margarida Rodrigues**, sendo substituída por **António Gonçalves Fernandes**, e **Carlos Marinho**, sendo substituído por **Raul Lopes**. Registou também a presença dos vereadores Fernando Rodrigues, Manuel Domingues, Joaquim Covas e Aurélia Correia.

Usa da palavra **Santos Silva** para referir que se instalou ainda maior confusão no espírito sobre a problemática das urgências em Valença, vistos os acontecimentos ocorridos após a reunião convocada de emergência com a Câmara Municipal e representantes da Assembleia Municipal, na qual foi pedida a unidade de todas as forças políticas de Valença.

O mesmo pronuncia-se relativamente à manifestação, concretamente sobre o facto de nesta não ter sido necessária a união das forças políticas, pelo que, nestes termos, o PSD, enquanto partido político, se demarcou da mesma.

Pronuncia-se ainda relativamente à prestação do senhor Presidente da Câmara no programa Prós e Contras, considerando que este deveria ter sido mais contundente.

Pergunta ao Presidente da Câmara porque é que não explicou os motivos que o levaram a estar ausente na reunião promovida pela comissão técnica na ANMP.

Questiona ainda o deputado António Nogueira sobre o que pretende fazer com o *“panegírico que redigiu e leu na sessão de 29 de Dezembro, transcrito na acta nº 9, páginas 6 e 7”, a propósito desta matéria”*.

Salustiano Faria usa da palavra para manifestar a sua indignação relativamente à forma como o senhor Ministro da Saúde se referiu aos Bombeiros de Valença aquando da simulação de ir buscar um doente a Gondelim.

Relativamente ao que foi dito pelo Ministro da Saúde no que concerne ao serviço a ser prestado pelos bombeiros, o mesmo manifesta algumas preocupações e dúvidas quanto aos procedimentos que estes terão que adoptar nas situações com que se depararem.

Corroboras as palavras do senhor Lopes relativamente à postura da Dra. Fátima Campos Ferreira na condução do programa e manifesta o seu desagrado pela forma como os bombeiros foram representados.

Intervêm **Alberto Reis** fazendo referência aos 20 km a percorrer em sentido contrário e depois os 60km no sentido de Viana, com as estradas em estado cada vez mais deteriorado, não acreditando, portanto, que as coisas vão melhorar.

Refere-se, com preocupação, ao facto de cada vez mais estar tudo centralizado em Lisboa e o que em Lisboa não interessa é que é “distribuído” pelo país.

Salienta ainda no discurso do Senhor Ministro da Saúde o facto deste se ter referido a “três ou quatro doentes por noite”, como que subvalorizando os doentes de Valença que tenham necessidade de recorrer às urgências à noite.

A intervenção do senhor **Presidente da Câmara** vai no sentido de responder às questões e observações levantadas pelos Deputados da Assembleia.

Refere que obviamente houve uma mudança nos planos de instalação das urgências de Valença para Monção, não tendo sido dada nenhuma explicação concreta para este facto no programa Prós e Contras.

Ainda relativamente à opinião do Deputado Municipal Santos Silva, quanto à intervenção do Presidente da Câmara no referido programa, o mesmo explica que gostaria de ter podido adoptar outra estratégia. Tendo em conta, no entanto, o desenvolvimento que o processo estava a tomar e, principalmente, o interesse da população de Valença, considerou mais oportuno optar por outro tipo de intervenção para não fechar a via do diálogo.

Relativamente à questão que lhe foi colocada por não ter participado na reunião técnica na ANMP para se pronunciar sobre a situação, o mesmo esclarece que não foi convocado para a referida reunião e, pelo que pôde apurar até ao momento, só tinham sido convocados os presidentes de Câmara que se sentiam penalizados com a proposta, o que não era o caso de Valença uma vez que o serviço estava previsto para o nosso concelho.

Na sequência desta problemática, concretamente às manifestações que a mesma originou, o senhor presidente da Câmara apelou à população que parasse com estas atitudes.

Termina a sua intervenção apelando à seriedade numa fase de diálogo, com o objectivo de negociar uma boa solução para Valença.

Elisabete Viana e **Santos Silva** têm novamente a palavra, a primeira para sugerir ao senhor presidente que leia bem o protocolo e a fazer um bom contraditório antes de o assinar; o segundo para dizer ao senhor presidente que acredita nele quando diz que não foi convocado para a reunião na ANMP, só que era muito importante que o mesmo o tivesse afirmado no programa.

O Deputado Municipal **José Nogueira** faz a sua intervenção no sentido de responder às afirmações que Santos Silva lhe imputou; esclarece que quando proferiu as mesmas, não havia a menor dúvida que Valença era o local que se afigurava como a melhor opção de implementação para o SUB, dada a sua centralidade e, portanto, tudo apontava para a legítima convicção de que tal objectivo havia sido alcançado.

Acrescenta três breves notas relativamente ao ocorrido no programa Prós e Contras:

A primeira, relativa às intervenções do Dr. Diogo Cabrita, pela acutilância e saber postos ao serviço da “causa valenciana”; a segunda pela postura serena, pela convicção e argumentação do senhor Presidente da Câmara, em defesa da população de Valença e, a terceira, pela assunção da reabertura do processo negocial.

Destaca ainda, como consequência deste processo, o abandono do Dr. José Luís Serra dos cargos do partido socialista, a demissão da comissão política concelhia, a manifestação do dia 18, como demonstração de solidariedade e responsabilidade até se conseguir a melhor solução para Valença.

Intervêm novamente o senhor **Presidente da Câmara** agradecendo o contributo do Dr. Diogo Cabrita e da Dr^a Fátima Campos Ferreira na condução do programa.

Salienta que relativamente a este processo não se baixaram os braços e que aguarda uma proposta formal do Ministério da Saúde.

De encontro às palavras do Deputado Municipal Santos Silva, no sentido de que “acredita no senhor presidente”, refere, mais uma vez, que a reunião na ANMP foi só para os autarcas que se sentiam lesados com a proposta da rede, o que não era o caso de Valença.

Quanto ao facto de este achar que o presidente não se afirmou no programa, o mesmo argumenta que as oportunidades que se criam no programa são condicionadas pelo desenrolar do mesmo e, se soubesse de tal, o teria dito imediatamente.

Presidente da Mesa tece também um elogio e agradece a forma como foi conduzido, pela Dra. Fátima Campos Ferreira, o programa Prós e Contras. Refere, no entanto, e apesar de não ter sido formalizada a ideia de que poderia ser aprovado um voto de louvor para a mesma, que considera mais sensato ficar-se simplesmente pelo registo deste agradecimento, já que tal voto ainda poderia trazer alguma consequência menos agradável para a apresentadora.

1º Ponto

Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal (Anexo nº I)

Intervêm o Deputado Municipal **Manuel Lopes** que se pronuncia ainda sobre a questão do SUB em Valença, referindo que o governo optou por uma política economicista errada cortando nos serviços essenciais como sejam a saúde e educação. E sugere que o governo se deveria conter nas despesas a nível central, concretamente a nível da Assembleia da República.

O deputado **José Veríssimo** refere-se à renovação do parque escolar, mais concretamente sobre o edifício da escola básica do 1º ciclo de Arão. Questiona, sobretudo, no sentido de saber se as remodelações se adequam e dão resposta às necessidades dos alunos e respectivos planos de educação extra-curricular.

Usa da palavra **José Temporão** para se pronunciar sobre as intervenções de que vem sendo alvo o pavilhão gimnodesportivo municipal. Considera que o mesmo tem tido apenas pequenas obras e que merecia mais atenção considerando o elevado número de utentes e provas que aí se desenvolvem. Questiona ainda a situação do ancoradouro, uma vez que no mesmo já se disputou uma prova sem estar inaugurado nem licenciado.

José Nogueira pronuncia-se relativamente à informação do Presidente da Câmara, regozijando-se com a transparência do seu conteúdo e tece elogios ao trabalho desenvolvido.

Ainda relativamente à questão das manifestações, intervém o deputado **Salustiano Faria** para dizer que, neste momento, as mesmas visam simplesmente o senhor tenente da GNR, criando confusões às autoridades, não tendo nada a ver com a situação das urgências em Valença.

O Vice-Presidente da Câmara, Fernando Rodrigues, responde em primeiro lugar às questões levantadas por José Veríssimo, informando que a política concelhia na área da educação se rege pela Carta Educativa, na qual constam as intervenções a fazer no concelho. Esclarece ainda, que relativamente à EBI de Arão, seria inoportuno fazer em simultâneo as obras na escola e na cantina. Assim que esteja resolvido o problema da escola, será, certamente apresentado um projecto tendo em vista a sua ampliação.

Em resposta ao senhor deputado José Temporão, informa que na área do desporto existe também uma Carta Desportiva que se assume como instrumento regulador daquilo que se pretende que venha a ser o desporto no concelho; à luz da mesma far-se-á o diagnóstico das necessidades do concelho e a partir daí saber-se-á que tipo de equipamentos será necessário implementar.

No que concerne ao pavilhão gimnodesportivo, refere ao deputado José Temporão que as intervenções de que o mesmo tem sido alvo são as necessárias à prática desportiva. E relativamente à questão dos ancoradouros, esclarece que está em elaboração um regulamento para depois se proceder à aceitação de propostas.

Usam novamente da palavra os deputados **José Veríssimo** e **José Temporão**; o primeiro para referir que as escolas de acolhimento devem oferecer melhores condições do que as existentes e, nesta perspectiva, questiona o facto da ampliação da cantina de Arão não ter sido contemplada nesta empreitada. Refere-se ainda ao facto de, no centro lúdico de Gandra, ainda não ter sido colocado um placard que havia sido pedido desde o início do ano lectivo.

José Temporão diz ter conhecimento da existência das cartas Desportiva e Educativa, mas considera, no entanto, que a Câmara devia ser mais actuante nestes campos, conforme as necessidades, independentemente destes instrumentos.

Fernando Rodrigues esclarece que na altura da elaboração da Carta Educativa ainda não havia a certeza das escolas que iriam realmente encerrar e, relativamente à cantina de Arão, procurou-se manter a mesma em funcionamento no decurso das obras, satisfazendo assim as necessidades de alimentação dos utentes.

No que concerne ao problema de humidade do pavilhão, constatou-se, efectivamente, a necessidade de intervenção nesse âmbito, estando em curso o estudo para resolução da situação que comporta custos elevados. Estes terão que ser apoiados por uma candidatura e, entretanto, far-se-ão os arranjos possíveis.

Às 12h.50m, o **Presidente da Mesa** interrompe os trabalhos para período de almoço, agradecendo a presença da segunda vaga de alunos da ETAP, aos quais deu informação sobre a constituição da Assembleia Municipal de Valença.

Os trabalhos foram retomados às 15h.00, com mais um grupo de alunos da ETAP, a quem o Presidente dirigiu votos de boas-vindas e palavras de estímulo para que os mesmos se envolvam na organização de uma sessão simulada de Assembleia Municipal.

2º Ponto

Agenda 21 – Discussão e votação da proposta aprovada pela Câmara Municipal (Anexo II)

Armando Carvalho informa que a CDU vai votar favoravelmente este ponto. No entanto, mostra-se céptico sobre a capacidade de a autarquia cumprir as metas contidas nas medidas enumeradas, e considera que o nosso modelo de sociedade levará a um desequilíbrio. Alerta

ainda para o facto de se falar de “desenvolvimento sustentado” e não se fazerem representar os agricultores.

Aproveita o ensejo para saudar os alunos da ETAP, disponibilizando-se para colaborar com eles no trabalho que irão desenvolver sobre a Assembleia Municipal.

Intervêm os deputados **Manuel Lopes** e **Inês Ferreira**, ambos com questões em comum relativamente à Agenda 21, nomeadamente no sentido de saber o porquê de só agora a sua implantação?; quem nomeou o grupo de pessoas que fazem parte deste projecto e com que critérios?; quem o coordena?; quais são as abrangências que o compõem?; o que é que já foi feito?.

Inês Ferreira acrescenta ainda que lhe parecia oportuno que deste grupo de trabalho fizessem parte os industriais e as escolas.

A mesma dirige ainda umas palavras sobre noções de democracia aos alunos da ETAP presentes na reunião.

Usa da palavra o deputado **Alberto Reis** informando que, apesar de em alguns municípios este documento já estar a vigorar, os efeitos práticos são nulos, quando o que realmente seria importante era que já estivesse a surtir efeitos positivos. Acrescenta, no entanto, que o seu voto é favorável a este projecto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, acerca da Agenda 21, comenta que se trata de um trabalho de parcerias que obriga ao envolvimento da sociedade civil no seu todo. Segundo ele, é importante que haja debate sobre o assunto dando-se os primeiros passos nesse sentido para se conseguir um desenvolvimento sustentado.

Quanto ao facto de só agora se estar a tratar esta temática, refere que foi este o momento que se considerou oportuno, e o que se pretende agora é discutir e avançar com conclusões, com o objectivo de se atingirem os fins propostos, o que só o desenrolar do processo dirá.

Novo turno de intervenções, com **Armando de Carvalho** à cabeça, a sublinhar o vedetismo do senhor Al Gore, o qual, no entanto, fez parte do governo Bill Clinton nos EUA, que não assinou o protocolo de Quioto. E acrescentou que, no âmbito do desenvolvimento sustentado, no que à agricultura se refere, devem ser promovidas todas as formas de não agressão à agricultura tradicional, biológica e à diversidade, relembando que a CDU apresentou nesta Assembleia, que a aprovou, uma proposta de declaração de zona livre dos organismos geneticamente modificados, vulgo transgénicos, que não teve andamento em face de parecer de um funcionário da Câmara. E, no que diz respeito à vertente transportes colectivos, sugere que a Câmara tome as medidas necessárias para resolver os problemas deste sector.

Intervém **Inês Ferreira**, para lembrar ao vice-presidente da Câmara que as questões anteriormente colocadas por ela e por Manuel Lopes não foram respondidas, seguindo-se-lhe **Alberto Reis**, para referenciar uma situação no âmbito das medidas ambientais, alertando para o facto de em Portugal estar prevista a instalação de uma estação de painéis foto voltaicos, cujo funcionamento, em termos de poluição, se traduz em zero, mas, em contrapartida, os materiais utilizados no fabrico dos mesmos são altamente poluentes.

O **vice-presidente da Câmara**, respondendo a Inês Ferreira, informou que não pôde estar presente na palestra realizada sobre a Agenda 21, desconhecendo, portanto, a informação que lhe é requerida, mas comprometendo-se a obtê-la e a transmiti-la oportunamente.

Seguiu-se a votação que, num universo de 33 votantes (ausências de Rui Marrucho, Lígia Pereira, Manuel Ferreira e Manuel Lima), registou **aprovação por unanimidade**.

3º Ponto

Actos de reclassificação de Chefes de Secção – Declaração de Nulidade (Anexo III)

A primeira intervenção cabe ao deputado **Armando Carvalho** que, após denunciar as péssimas e desumanas condições do local onde reúnem os trabalhadores camarários, aponta três soluções possíveis para a resolução da situação em debate, considerando o facto das pessoas terem que ser reconduzidas ao lugar que originariamente ocupavam e que a evolução das carreiras permitiu que outros funcionários mais novos, em termos de serviço, ficassem com categoria superior, situação comparativamente injusta. Nesta perspectiva, sugere ou a abertura de concurso público em igualdade de circunstâncias para toda a gente, ou se abre um concurso público para que toda a gente possa concorrer ao cargo de chefe de serviço, ou ainda, através do método de entrevista, promover novamente as pessoas atingidas pela decisão do tribunal aos lugares de chefes de serviço.

Santos Silva, após saudar o vice-presidente da Câmara e o grupo de alunos da ETAP, coloca as seguintes três questões: quem nomeou aqueles funcionários da maneira que agora provocou a decisão de nulidade? Quantos lugares de chefes de secção é que vão ser criados? Os funcionários que entretanto solicitaram a reclassificação, e não se tendo feito a mesma, podem aceder ao concurso de chefes de secção?

José Nogueira apenas refere que, tratando-se de uma decisão judicial e salvaguardando os direitos dos funcionários, se impõe o voto favorável.

Usa da palavra o **vice-presidente, Fernando Rodrigues**, sublinhando que os assuntos relacionados com o “pessoal” são da competência estrita e exclusiva do senhor presidente da Câmara, sendo ele que detém o maior número de informações nesta matéria. No entanto, recordou que aquilo que nos ocupa é deliberar, depois do acórdão do tribunal, a criação de sete lugares de Assistente Administrativo a extinguir quando vagarem. E, relativamente a quem nomeou os funcionários abrangidos, confirma que, tal como hoje já aqui foi dito, foi no mandato do Dr. Fernando Barbosa, desconhecendo, no entanto, se então havia ou não vereadores com competências delegadas nessa matéria.

O **Presidente da Mesa** intervém para salientar a delicadeza desta matéria e para revelar ter conhecimento de que o presidente da Câmara está especialmente sensibilizado para uma resolução que, dentro do quadro legal, não traga prejuízo de qualquer ordem para as pessoas abrangidas nesta problemática.

De novo toma a palavra **Santos Silva** para manifestar que, salvo melhor opinião e dada a incapacidade técnica do senhor vice-presidente responder às perguntas colocadas, o ponto deveria ser retirado da agenda para ser tratado quando alguém com capacidade pudesse dar as respostas pretendidas.

Retorquindo, o **vice-presidente da Câmara** reafirmou ser do presidente do Executivo a exclusiva competência em matéria de “pessoal”, ao mesmo tempo que declarou afigurar-se-lhe ter respondido às questões que são do seu conhecimento, embora lhe pareçam colaterais, na medida em que aquilo que está em debate é a proposta de abertura de lugares em consequência de uma decisão do tribunal administrativo.

Santos Silva manifesta, de novo, que as suas dúvidas não foram dissipadas e, nestas condições, em que poderá haver dualidade de critérios, terá naturalmente que se abster.

Ainda intervém **José Nogueira**, numa tentativa de explicitação da situação, informando que os chefes de secção terão que ocupar a mesma categoria que tinham antes de serem promovidos. Quanto ao tratamento posterior, dependerá de outros pressupostos com base num concurso público ou de qualquer outra situação prevista na lei.

Procedeu-se à votação que, num universo de 33 votantes (ausências de Rui Marrucho, Lígia Pereira, Dora Ferreira e José Veríssimo), registou, apenas com a abstenção de Santos Silva, **aprovação por maioria.**

4º Ponto

Registo de Cidadão da União Europeia – Taxas – (Anexo IV)

Registou-se apenas a intervenção do deputado **José Nogueira**, que disse: *“Porque em sintonia com as disposições legais aplicáveis e não atingindo o valor máximo previsto, o nosso voto não pode deixar de ser a favor das taxas preconizadas”.*

Procedeu-se à votação que, num universo de 33 votantes (ausências de Rui Marrucho, Lígia Pereira, Dora Ferreira e José Veríssimo), registou, apenas com a abstenção de Armando Carvalho, **aprovação por maioria.**

5º Ponto

Trânsito da freguesia de Gandra – Normas Regulamentares – (Anexo V)

Inicia este ponto o **Presidente da Mesa** solicitando que fosse considerada a rectificação da alínea e) do nº 1 do Regulamento, por alegada existência de gralha, devendo ler-se **“Estrada de Mondim de Baixo, no lugar do mesmo nome”**, em vez de, tal como aí aparece, Estrada de Mondim de Baixo, no lugar da Balagota, ao que o Plenário anuiu.

De seguida, intervém **Manuel Lopes** que considera desnecessária a sinalização uma vez que a lei diz que o limite de velocidade dentro das localidades é de 50Km/h.

A deputada **Isabel Andrez** usa da palavra para revelar ter constatado que já existe alguma sinalização instalada, nomeadamente noutras freguesias, sem aprovação da Assembleia Municipal.

José Nogueira diz que, com a aprovação da proposta, fica salvaguardado o ordenamento do trânsito na freguesia de Gandra com a conseqüente fluidez e segurança rodoviária e pedonal, pelo que a avalizam nos seus precisos termos.

Sobre esta matéria o deputado **Alberto Reis** interroga se ainda existe a Comissão de Trânsito. Constata o facto de Gandra ser, provavelmente a freguesia com mais sinalização por metro quadrado o que se traduz numa forma de poluição visual.

Usa ainda da palavra o deputado **António Sousa** só para informar que a sinalização existente na freguesia já existia desde o tempo do mandato do Dr. Fernando Barbosa.

Intervêm, de novo, **Manuel Lopes** e **Alberto Reis**, ambos para tranquilizarem o colega António Sousa por nada os mover contra a sua freguesia, bem pelo contrário, apoiando-a, só que o primeiro se reitera na ideia de que a sinalização se lhe afigura *“plágio a nível do Código da Estrada”*, e o segundo a sublinhar que, embora fundamental, *“a sinalética deve ser usada com peso, conta e medida.”*

Seguiu-se a votação que, num universo de 33 votantes (ausências de Rui Marrucho, Lígia Pereira, Dora Ferreira e Manuel Lima) registou, com as abstenções de Manuel Lopes, José Veríssimo, José Temporão, Isabel Andrez, Alberto Vilas, Inês Ferreira e Santos Silva, **Aprovação por maioria.**

Logo após, a **1ª Secretária** procedeu à leitura da acta em minuta, que, submetida à votação, num universo de 33 votantes (ausências de Rui Marrucho, Lígia Pereira, Dora Ferreira e Manuel Lima), foi *aprovada por unanimidade*.



III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio o senhor **Pedro Macedo** da Universidade Católica, no sentido de esclarecer o que é a Agenda 21 Local.

Teve ainda oportunidade de prestar esclarecimentos no âmbito de algumas questões que anteriormente haviam sido colocadas pelos deputados, informando que são os 20 formandos de todo o Vale do Minho oriundos das cinco Câmaras Municipais, Entidades Supra Municipais, Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, Associação Florestal do Vale do Minho e União Empresarial do Vale do Minho, que estão a implementar o pré diagnóstico.

Esclarece ainda que neste momento não existe propriamente um grupo coordenador, mas sim um grupo de trabalho que está a implementar esta primeira fase. Depois deste processo, será criado um fórum participativo e, nesse momento, serão os coordenadores do processo que irão validar, ao nível municipal, as decisões e os documentos que forem implementados.

O **Presidente da Mesa** agradeceu o contributo do senhor Pedro Macedo, dizendo-lhe ainda que poderia contar com o apoio dos autarcas de Valença, no âmbito das suas atribuições, para poder levar a bom termo o projecto.

Às 16h.50m, deu por encerrados os trabalhos.



Para constar e para os devidos efeitos legais, se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **José António Lopes Nogueira**, e pela Técnica Superior de Relações Públicas de 1ª Classe, **Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Mesa

A Técnica Superior de Relações Públicas
